

OCUPAÇÃO DAS TERRAS DO MUNICÍPIO DE BARRETOS, DESENVOLVIMENTO DA PECUÁRIA BOVINA E A TRANSIÇÃO PARA A INDUSTRIALIZAÇÃO DO PRODUTO: INTERESSES DIVERSOS

Célia Aiélo (Faculdades Integradas FAFIBE)

Resumo: O município de Barretos passou a ser ocupado já no primeiro quarto do século XIX. Esta ocupação estaria diretamente relacionada à decadência da mineração, mas não somente a isso, mas também a utilização do caminho para acessar o estado de Goiás. Os ocupantes, a princípio, se dedicavam à produção de gêneros de primeiras necessidades, mais tarde a chegada de mineiros vindos do Triângulo Mineiro fez aparecer a pecuária no local. Formou-se então uma categoria forte e decisiva na região. Os criadores e invernistas passaram a ter considerável importância para a economia. No entanto, tratava-se de uma categoria fragmentada por interesses diferentes de acordo com estágio de sua produção. Um fator fez com que se unissem em defesa de seus interesses: o surgimento da primeira indústria de carnes do Brasil.

Palavras-chave: Barretos; pecuária; pecuaristas; frigoríficos.

O município de Barretos está localizado no centro norte do estado de São Paulo distante 450 Km da capital paulista e 50 Km do chamado Triângulo Mineiro que compreende os municípios de Uberaba, Uberlândia e Araguari.

A migração para a região do Brasil Central teria sido instigada desde o século XVI em busca de jazidas auríferas nesta região. A Capitania de São Paulo tornou-se então rota de transporte e comercialização. O caminho para Goiás iniciava-se em São Paulo, estendia-se a Minas Gerais, Goiás e por via fluvial até Cuiabá. Era o caminho onde se realizava o escoamento do ouro encontrado naquela região. Passou a ter tal importância econômica, a ponto da metrópole definir um projeto de ocupação demográfica do trajeto para as minas com a intenção de garantir seu acesso e exploração. Para tanto foram distribuídas sesmarias, concedidas tanto aos que já se encontravam no local, como aqueles que vindos das mais diversas regiões da capitania ali pretendiam se instalar. (BRIOSCHI. et al. 1991a).

Os primeiros povoamentos iniciados no século XVIII tiveram como desbravadores indivíduos pobres e roceiros, que se ocupavam, em sua maioria, na produção de gêneros de primeira necessidade para consumo dos viajantes. A decadência da mineração ainda na primeira metade do século XVIII não deve ser vista como a mais importante causa da migração mineira para a região nordeste de São Paulo. Esta capitania passara a ter importância estratégica, afinal funcionava como território “tampão” na proteção das regiões auríferas do Brasil Central. (BRIOSCHI. et al. 1991b).

Ocorreu um enriquecimento de parte da população e um crescimento agrário da Capitania de São Paulo, incluindo-se aí, a lavoura canavieira, que teria estimulado ainda mais a vinda de famílias do sul de Minas Gerais (BRIOSCHI. et al. 1991c) para as áreas situadas na Estrada de Goiás. As áreas preferidas eram aquelas próximas à produção monocultora exportadora nas quais, não havia grande interesse em desenvolver culturas de gêneros de primeira necessidade, acarretando uma elevação em seus preços. No início do século XIX, o fator de ocupação da região teria sido alterado:

as terras férteis se tornaram a maior atração para a migração. É nesse momento que mineiros criadores e agricultores do sul de Minas Gerais se fizeram presentes entre os paulistas.

As terras que hoje pertencem a Barretos foram apossadas a partir das primeiras décadas do século XIX. Tal ocupação teria relação direta com a conquista de territórios, hoje formadores dos municípios de Franca, Batatais e Morro Agudo, que por sua vez tiveram sua ocupação ligada à abertura do Caminho ou Estrada de Goiás. Particularmente os ocupantes da região de Barretos dedicavam-se à criação de rebanhos, atividade que mantiveram e que certamente influenciou a predominância da pecuária no município. Por volta de 1830, Francisco José Barreto e seu irmão, oriundos da região, hoje denominada Poços de Caldas, Minas Gerais, receberam por serviços prestados para outros latifundiários, a área correspondente à margem esquerda do Ribeirão das Pitangueiras onde estabeleceram moradia em 1845, local onde se originou a Fazenda Fortaleza com 11.364 hectares e 32 ares (MACHIONE, e TINELI. 1999 e MONBEING. 1984), iniciando-se um povoamento. O arraial dos Barretos nasceu da junção de parte das terras da Fazenda Fortaleza e Monte Alegre, quando glebas das duas fazendas foram doadas, em 25 de agosto de 1854 à Igreja. Em 16 de abril de 1874, o arraial foi elevado à Freguesia, sob jurisdição de Jaboticabal. A Vila de Espírito Santo de Barretos foi criada em 10 de março de 1885 e, em janeiro de 1897, o local já como cidade, recebeu o nome de Barretos. A pecuária tornou-se a principal atividade econômica do local. Caracterizada pela não exigência de grande quantidade de mão-de-obra, bem como pela independência de rede de transportes, por muito tempo o rebanho transportou-se a si próprio, ficando isento do alto custo dos transportes que acabavam por incidir no preço final da produção, diferente dos produtos até então explorados, não necessitava da proximidade com o litoral.

A carência de uma boa rede de transportes dificultava a interiorização do país, incluindo a região de Barretos. A pecuária, desenvolvida onde a agricultura não obtivesse êxito, foi responsável por essa interiorização. Compatível com o latifúndio, apresentava riscos menores. (CASTRO. 1975). BENITES (1995) diz que: “a ocupação territorial da atividade pastoril foi se vinculando ao atendimento de regiões monocultoras agrícolas destinadas ao mercado internacional, dos principais centros urbanos litorâneos e das zonas de mineração do interior”.

A região de Barretos estreitamente ligada ao Caminho para Goiás e próxima às grandes áreas produtoras de café apresentava características de uma região pecuarista. Propositamente ou levados pelas facilidades que a natureza proporcionava, desenvolveu-se na região de Barretos as atividades criadoras de bovinos e invernadas que deveriam se integrar principalmente à pecuária do Triângulo Mineiro ou da região Centro Oeste do Brasil. No local convergia-se o gado magro (viajado), que depois de engordado era negociado, dando origem a um forte comércio. (ABREU. 1954) A travessia de Minas Gerais para São Paulo foi facilitada através do Porto de Correias, mais tarde Porto Cemitério, de onde saía uma estrada de rodagem até Barretos. (MENEZES. 1985). O geógrafo Faria, acredita que o crescimento da região, onde se localiza o município de Barretos, tenha ocorrido devido à sua posição geográfica privilegiada, que facilmente poderia ser interligada por transportes ferroviários ou fluviais a outras áreas criadoras de gado, representadas pelos estados de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais, e posteriormente as condições naturais, como o clima; uma topografia privilegiada e uma farta, bem distribuída e perene rede fluvial. Tais fatores eram considerados essenciais para a manutenção dos rebanhos, em especial o zebuino, originário da Índia. Segundo o autor, o solo não era ideal para a lavoura, definindo-se melhor para as pastagens. (FARIA. 1971)

O intercâmbio entre o município de Barretos e o Triângulo Mineiro foi tão forte durante muito tempo, a ponto de se incluir, popularmente, o município de Barretos nesta denominação triangular formada por Uberaba, Uberlândia quando acrescentavam Barretos ao invés de Araguari. Também é possível encontrar em obras mais antigas a inclusão do município ao sul de Minas Gerais. (ROCHA.1954). No início do século XX, havia no município, comerciantes de gado que enriqueciam facilmente. Essa dinâmica de criação e comércio de gado trouxe consigo pessoas interessadas em ambas as atividades, proporcionou uma circulação de riquezas, além de um desenvolvimento regional. Formou-se um grupo ligado à criação e ao comércio de gado: criadores e invernistas Estes se fortaleceram em Barretos, definindo os preços oferecidos pelo gado magro, que chegava depois de longa caminhada. Benites (1995), afirma que cada etapa da produção era dominada por determinado grupo em determinada região geográfica. A noção de ciclo de economia pastoril de corte compreende a sucessão de estágios produtivos, diferenciados e integrados entre si espacialmente. Cada um desses momentos é representado por uma classe de pressão bem definida e especializada numa determinada etapa de operações técnicas e comerciais a qual engloba desde a produção de bovinos de corte até sua transformação em carne ao consumidor

Os criadores dominavam as áreas do Sul de Goiás, Pantanal e Sul Mato Grosso, Norte e Nordeste de Minas Gerais; os invernistas ocupavam as porções do Oeste de São Paulo e as regiões de Montes Claros, Teófilo Otoni e Governador Valadares; os recriadores que surgiram como uma consequência das extensas áreas da pecuária e se caracterizavam como intermediários entre os invernistas e os criadores, estes ocupavam principalmente a região do Triângulo Mineiro. Em Barretos era possível encontrar tanto a figura do invernista como do criador. Havia, portanto uma divisão na produção e nos interesses conforme o estágio ao qual se dedicavam. Cada seguimento especializava-se em uma determinada faixa etária do bovino (bezerro, garrote e novilho gordo). Essa divisão foi incentivada por políticas de crédito oficial, principalmente no Estado de São Paulo até 1938, como maneira de estimular o processo de engorda. Também contribuiu para isso a presença de rede ferroviária mais desenvolvida nas áreas de engorda do que na de cria e recria. Os invernistas tornaram-se mais poderosos e prósperos. Além desse fator a defesa de interesses de cada grupo causava mais divergências entre criadores e invernistas. Quando necessitavam defender seus interesses, muitas vezes se juntavam a outros grupos distintos do seu. Essa divisão foi fundamental para o destino da pecuária no Rio Grande do Sul.

O boiadeiro era responsável pelo transporte do rebanho em uma longa e tradicional caminhada, iniciada nos centros criadores em Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás ou no município de Barretos. Quando vindo do Centro Oeste ou de outras regiões de Minas Gerais, faziam escalas comerciais no Triângulo Mineiro, ou em Barretos para engorda e comercialização. Estes eram os dois principais pontos de engorda e comércio do chamado Brasil Central. (Centro Industrial do Brasil, 1909). Com a possibilidade da instalação de uma indústria de carnes no município de Barretos, percebe-se um agrupamento dos setores participantes do processo de criação de rebanhos.

No município de Barretos, onde surgiu a primeira indústria de carnes, com investimentos nacionais, foi apenas uma questão de tempo para que ela fosse encampada pelo capital estrangeiro. Há uma reação imediata por parte daqueles que até então tinham controle do processo de criação e comércio dos rebanhos. Os pecuaristas e invernistas perceberam rapidamente a monopolização da criação e abate de rebanhos. Embora não se tratando de um grupo homogêneo, os conflitos surgem no local a partir do início do processo de industrialização e refrigeração da carne. Ou seja, os envolvidos com o processo de criação versus os envolvidos no processo de industrialização da

carne. Imediatamente após o anúncio da criação do matadouro frigorífico no município, em 1910, iniciou-se uma reação por parte dos criadores. A imprensa local trazia alguns posicionamentos com relação à instalação desta companhia e demonstravam interesses divergentes acerca da viabilidade ou de como tal empreendimento poderia ser prejudicial à independência da produção local. Alguns artigos destacam o quanto seria mais saudável consumir carne resfriada em detrimento daquela até então consumida, onde o gado passava por enormes viagens e chegava ao destino “mais morto do que vivo”. Os criadores por sua vez, pressentem a monopolização da carne pela empresa a ser criada, observando que a Companhia havia adquirido grandes invernadas e que pela distancia que se encontravam do matadouro não poderiam ser depósitos de gado a ser sacrificado. Segundo eles, isso evidenciava uma intenção da Companhia de estocar gado, a fim de controlar e impor preços. A notícia de que uma outra empresa, vinculada ao governo seria também instalada no município (fato que não ocorreu), tranqüilizou os criadores, e esses desentendimentos desaparecem da imprensa local.

O interesse da Europa por gêneros de primeira necessidade para suprir as tropas em guerra e mesmo a população civil, valorizou esse produto. França, Inglaterra e Estados Unidos, passaram de países exportadores a países importadores de carnes. O preço da carne no Velho Continente aumentara nos últimos 5 anos (1911 a 1916), 86%. Mesmo antes da guerra, já houvera alta de preços em 46%. A aumento relacionava-se a valorização do produto, afinal nem transportes e nem fretes incidiam em seu preço. (PESAVENTO. 1980) Ao que parece não havia motivos para conflitos entre criadores, comerciantes e industriais. Os lucros com os negócios de gado eram exorbitantes.

O consumo principalmente externo exigia grande abate de animais. Tal “desfalque” a criação fatalmente teria conseqüências, considerando-se o tamanho do rebanho brasileiro que também atendia os matadouros que forneciam o produto para o mercado interno, além das charqueadas. Ainda durante a Guerra, o excesso de abates acarretou uma crise na indústria de carnes. A reação dos criadores foi de esclarecer os custos de um rebanho e questionar como os estrangeiros estavam tomando conta do mercado de criação e engorda de gado. Tentando organizar-se em 1918 convocaram uma reunião onde decidiram:

- 1- Oficiar-se ou entender-se com as casas comerciais da capital do Estado pedindo a este apoio e auxílio à classe, de forma a facilitar reformas e documentos;
- 2- Estabelecer-se a base do preço por arroba, que será de 15\$400, conforme cálculos positivos e infalíveis;
- 3- Escrever-se nos jornais da capital e nos de grande circulação, artigos em que esclareçam custos e despesas feitas com um boi até sua venda;
- 4- Vender-se aos próprios companheiros o gado pertencente àquele que precisar de dinheiro e que não obtiver reforma em caso de necessidade;
- 5- Oficiar-se à Cooperativa Sul Mineira pedindo a esta o seu poderoso auxílio de modo a tornarem-se realidade a resolução da reunião de boiadeiro;
- 6- Fazer-se reuniões semelhantes marcando-se o dia 10 de abril para a seguinte efetuar-se. (O Commercio 1918).

A preocupação com uma coesão e organização reflete o conflito existente. Talvez a mais concreta conseqüência desta tentativa de aglutinação de forças tenha sido a criação em 1931, do Sindicato dos Invernistas e Criadores de Gado em Barretos, hoje denominado Sindicato Rural Vale do Rio Grande. Em sua Ata de abertura, em 1931, contrariando as posturas até então definidas, deixam os membros bem claro que a

intenção daquela organização não é repudiar a indústria frigorífica, mas sim, apenas defender os interesses da

Classe. No entanto, fica claro nas teses e nos discursos do Primeiro Congresso Pecuário do Brasil Central, em 1941, o quanto eram conflitantes os interesses de criadores e industriais da carne. Nesse Congresso, onde se reuniram no município de Barretos, além do Sindicato dos Invernistas e Criadores de Gado em Barretos, a Sociedade Rural do Triângulo Mineiro, Sindicato dos Criadores do Sul de Mato Grosso, Sindicato Pecuário do Estado de São Paulo, Sindicato Agrícola e Pastoril de Araxá, ficou evidenciado o repúdio às empresas que monopolizavam o mercado de carnes.

Franklin de Almeida, então professor da Escola Veterinária Nacional, relata que por meio da empresa Land Cattle, o Sr. Mackenzie, de nacionalidade norte-americana, fez iniciar a participação do capital estrangeiro na indústria de carnes e derivados, e iniciaram formando invernadas nas zonas paulistas, mato-grossenses e paranaenses, cujos rebanhos serviriam para abastecer o Frigorífico Wilson, já em 1915. A presença de investimentos norte-americanos segundo ele, iniciou-se antes de 1915, quando o grupo Liebig estabeleceu matadouros e fábricas na América do Sul, em 1859, instalando-se “às margens dos rios Uruguai, Paraná e Paraguai e alguns de seus afluentes, nos territórios da Argentina, Uruguai, Brasil e Paraguai (Anais do Primeiro Congresso Pecuário do Brasil Central 1941)”.

Posteriormente o grupo inglês Dickison, representante de capitalistas belgas, britânicos e argentinos, juntamente com norte-americanos se interessaram por terras no Mato Grosso do Sul. O Grupo Vestey, compradores da Companhia Frigorífica Pastoril de Barretos e de grandes pastagens, antes pertencentes à segunda, deu continuidade a esses empreendimentos. O Primeiro Congresso Pecuário do Brasil Central demonstra a intenção por parte dos pecuaristas de retomar a produção de carnes frigorificadas por empresas nacionais. Encontravam apoio do então presidente Getúlio Vargas, que em discurso proferido em Sessão Solene da II Conferência Nacional de Pecuária, indicou este caminho.

O apelo dos pecuaristas é claro, e discute um domínio do capital estrangeiro pelo *trust* que estava ocupando a criação, recriação e engorda de rebanhos. Essas empresas possuíam em 1941, mais de 70 mil alqueires de terras, onde engordavam aproximadamente 100 mil cabeças de gado. Mantinham uma industrialização sem concorrência, comandando a cotação do mercado, excluindo assim a interferência de invernistas brasileiros. Defendiam que para nacionalizar a indústria frigorífica, era preciso priorizar o mercado interno e que tivesse o apoio de órgãos regionais do Instituto Nacional da Pecuária oferecendo apoio técnico e controle desde a criação à industrialização da carne. O mercado interno estava sofrendo desde o ano anterior (1940), escassez de charque, produto comercializado na região Norte e Nordeste, prejudicado pela preferência dada ao mercado externo. As exportações de carnes neste ano giraram em torno de 23 mil toneladas de carnes frigorificadas e 45.800 toneladas de carnes em conservas. A carne em conservas “corned beef” foram assim distribuídas: Frigorífico Anglo 13.200 toneladas; Swift 13.800 toneladas, Armour 12.000 toneladas e Wilson 6.800 toneladas. A situação, discutida em 1941, no Congresso Pecuário do Brasil Central, já fora antecipada pelos criadores desde a implantação da indústria nacional pelo Conselheiro Antonio Prado, e à medida que estrangeiros se apossavam de terras, dominavam o mercado de criação e engorda de gado, controlavam a indústria da carne com técnicas modernas de produção, a insatisfação salientava-se. Embora as pesquisas que mencionam a existência da Companhia Frigorífica Pastoril como o primeiro matadouro frigorífico brasileiro afirme que se tratava de investimento genuinamente nacional, gostaríamos de alertar para a presença da Companhia Paulista

de Estradas de Ferro no investimento e que em 1908, o americano Percival Farquhar detinha 38% das ações da Paulista, ferrovia que passou a controlar junto com a Mogiana e manteve na primeira como presidente Antonio Prado “com o qual se entedia em conversas informais” (SINGER, 1977). Em 1912, tinha 4 milhões de acres com 140000 cabeças em Descalvado, no Pantanal em nome da Brazil Land, Catle & Packing Co. O gado era abatido e exportado para Assunção e Buenos Aires e ainda que Mackenzie, um dos financiadores de Farquhar, é citado nos Anais do Congresso Pecuário do Brasil Central em 1941, como norte-americano que nos primórdios da indústria teria investido na mesma: “a grandiosa iniciativa de Antonio Prado, que foi secundada, logo nos seus primórdios, por norte-americanos empreendedores mundiais da industrialização das carnes, traduzida pela chegada do Sr. Mackenzie”.

As instalações dos frigoríficos no Brasil obedeciam a um modelo de plantas norte-americano. (REDFIELD, 1920).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, Capistrano de. Capítulos de Historia Colonial – 1500-1800. Rio de Janeiro: Briguiet, 1954.

ALBUM COMEMORATIVO DO CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO DE BARRETOS. s.n., 1954.

BENITES, Miguel G. Brasil Central Pecuário: Interesses e Conflitos. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Geografia da FFLCH da USP, 1995.

BRIOSCHI, L. R et all. Entrantes no Sertão do Rio Pardo. São Paulo: CERU, 1991.

CASTRO, Antonio Barros. Sete Ensaio sobre a Economia Brasileira. Rio de Janeiro: Forense. 1975 V.1.

CHIACHIRI, FILHO J. Do Sertão do Rio Pardo á Vila de Franca do Imperador. Ribeirão Preto: Ribeira Gráfica, 1986.

FERREIRA, Jurandir P. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. XXVIII vol, Rio de Janeiro: 1954.

MACHIONE, F.G.J e TINELI, R.A. Barretos Primeiros Povoadores e Fazendas. s/ed. 1999.

MENEZES, Ruy. Historia do Desenvolvimento Cultural de Barretos. Barretos: INTEC, 1985.

MONBEING, Pierre. Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1984.

PESAVENTO, Sandra J. Republica Velha Gaúcha – Charqueadas – Frigoríficos-Criadores. Porto Alegre: 1980, Movimento.

PERISSINOTO, Renato M. Frações de Classe e Hegemonia na Primeira Republica em São Paulo. Dissertação de Mestrado – UNICAMP. 1994.

ROCHA, Osório. Barretos de Outrora. s/ed. 1954.

SINGER, Paul. O Brasil no Contexto do Capitalismo Internacional 1889-1930 in FAUSTO, Bóris –História Geral da Civilização Brasileira – Vol I - São Paulo: Difel,1977.

ARTIGOS

FARIA, Wilson. A Pecuária de Barretos (SP) e os Fatores de Sua Implantação, São Paulo: Caderno de Ciências da Terra, 1971.

PERINELLI, NETO Humberto. Complexo Cafeeiro e Visão Empresarial: A Instalação da Companhia Frigorífica e Pastoril em Barretos – in Ensaio de Historia. v. 4 Franca. Unesp, 1999.

CONSULTAS A ARQUIVOS PUBLICOS E PRIVADOS.

ATA DA FUNDAÇÃO DO SINDICATO DOS INVERNITA E CRIADORES DE GADO DE BARRETOS. (1931).

ANAIS DO PRIMEIRO CONGRESSO PECUARIO DO BRASIL CENTRAL – 1941, Sociedade Impressora Brasileira, São Paulo, 1942.

JUCESP – Junta Comercial do Estado de São Paulo

PUBLICAÇÕES OFICIAIS.CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL - Publicação Oficial 1909.

MONOGRAFIA DOS MUNICIPIOS PAULISTAS – 1920. DEPARTMENT OF COMMERCE – Bureau of Foreign and Domestic Commerce. 1920.

PERIÓDICOS

Jornal O Comercio de Barretos

Jornal Diário de Barretos

Jornal Cidade de Barretos

Jornal A Semana

*Foram pesquisados os periódicos de acordo com os períodos de publicação entre 1910 e 1929.